Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

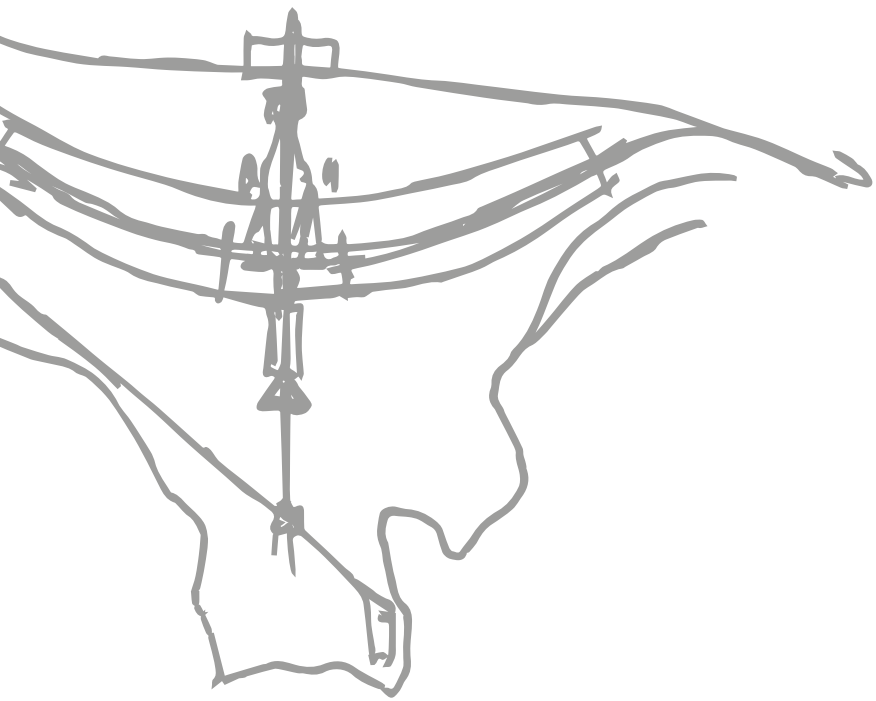
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16

Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985)

Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

No contexto do regime militar, o presente capítulo analisa aspectos da cultura cívica na escola pública brasiliense, em especial as iniciativas pedagógicas destinadas à difusão das noções de nacionalismo e civismo entre os estudantes da escola pública brasiliense. O grupo político que tomou a direção do Estado em 1964, e por vinte e um anos permaneceria no governo do país, promoveu uma ampla reestruturação da educação nacional, no bojo da qual se processou a retomada das ideias de nacionalismo e civismo como esteio da relação entre o Estado e a sociedade. A consolidação dessa orientação educacional se efetivaria no início da década de 1970, quando ocorreu a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no currículo escolar nacional, ao lado de Estudos Sociais, que englobava a História e a Geografia. As disciplinas EMC, OSPB e Estudos Sociais constituíram um bloco no currículo escolar que, associado às práticas educativas de teor cívico, à tutela da representação estudantil e à promoção de ações cívico-sociais, traduziram a vontade política

do regime militar em instituir uma cultura cívico-patriótica no ambiente educacional brasileiro.

O desenvolvimento do programa cívico-patriótico direcionado ao Distrito Federal foi pautado pela pretensão de representar excelência organizacional, modelar para os demais sistemas de ensino do país e alavancar o desmonte do sistema educacional brasiliense, posto que se tratava do único sistema de ensino do país que, desde 1958, se estruturava segundo os princípios da educação universal, integral, laica e coeducativa. As concepções de Anísio Teixeira para o sistema de ensino brasiliense, cujos objetivos políticos assentavam-se no entendimento da educação como bem público e dever do Estado, dirigida para educar todos os brasileiros, baseava-se em organização escolar e curricular voltada para formar o cidadão democrata, autônomo e apto ao exercício de sua cidadania. Em tal concepção de cultura cívica cabia à escola desenvolver uma preparação formativa, de modo que todas as crianças encontrassem no ambiente escolar "oportunidades para praticar nada menos do que uma vida melhor, com mais cooperação humana, mais eficiência individual, mais clareza de percepção e mais tenacidade de propósitos orientados" (Teixeira, 1932, p. 310; Planejamento, 1961).

Contrapondo-se a tais concepções político-pedagógicas, os governos militares pós-golpe de 1964, sob a égide das noções do desenvolvimentismo e da segurança nacional, empreenderam reformas educacionais que redundaram em profundas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/1961), que orientava a educação no país, incluindo o sistema educacional do Distrito Federal. Entre o grupo militar implicado na tomada do Estado, se sobressaia uma corrente que defendia a concepção disciplinadora e doutrinária da EMC em face à "delicada tessitura que constitui o desenvolvimento do país" (Abreu, 2008, p. 32). Imbuída de ideias da doutrina de segurança nacional, essa corrente levou à frente o aparelhamento de postos estratégicos no Ministério da Educação e Cultura e conduziu a instalação, em 1966, do Setor de Educação Moral

e Cívica na Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional de Educação, o que propiciou organicidade e agilidade à difusão da cultura cívico-patriótica no país (Decreto n.º 58.023/1966).

A influência dessa corrente política comprometida com as estratégias da doutrina de segurança nacional se desdobraria para acelerar a reforma da política educacional. Diante da reiterada resistência do Conselho Federal de Educação (CFE) às proposições governistas de obrigatoriedade do ensino de EMC em todos os graus e modalidades de ensino, o governo editou a medida por meio de decreto-lei e determinou, além disso, a obrigatoriedade de ensino de OSPB no ensino médio (Decreto-lei n.º 869/1969). O anúncio dessa decisão coincidiu com o momento, em nível federal, em que o regime militar investiu fortemente na sua manutenção, com o fechamento do Congresso Nacional, entre dezembro de 1968 e outubro do ano seguinte, e sistemática repressão à oposição política. O Decreto-lei 869/1969 alimentava-se de abordagens presentes nos programas de comemorações cívicas característicos da Era Vargas (1930-1945) e, no contexto das décadas de 1960-1970, submetia o aparelhamento do ambiente escolar à perspectiva da segurança nacional. Esse decreto-lei também organizou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que se interpôs na elaboração de diretrizes para a nova disciplina, apesar das funções normativas do CFE. Segundo Pelegrini (2011), a criação da CNMC, subordinada diretamente ao Ministro da Educação, desempenhou papel estratégico na reinserção da EMC no ensino brasileiro e, principalmente, no "controle das ações da disciplina atrelada aos interesses do Estado" (p. 53).

Essas mudanças conduziriam ao esvaziamento dos conteúdos da área de humanidades — especialmente em vista da precedência pedagógica dada aos conteúdos de EMC e OSPB, e do redirecionamento de professores para as novas disciplinas obrigatórias, conforme referendaria a reforma educacional do ensino primário e médio, em 1971 — e definiriam os contornos ideológicos de um "ufanismo nacionalista" destinado a justificar o projeto

político e social do governo militar (Lei n.º 5692/1971; Lira, 2010; Lemos, 2011; Martins, 2014). Esse conjunto de mudanças legais, curriculares e organizacionais contribuiu para que existisse, principalmente durante a década de 1970, uma cultura cívico-patriótica fortemente constituída no currículo escolar por um bloco de disciplinas escolares — EMC, OSPB e Estudos Sociais —, por práticas educativas ritualizadas que engajavam o cotidiano da comunidade escolar em atividades cívico-patrióticas e por ações cívico-sociais, ou seja, intervenções interinstitucionais localizadas em que, invariavelmente, representantes das Forças Armadas, da educação, do turismo e da iniciativa privada apoiavam a montagem de eventos dirigidos à população em geral.

A EMC e o desmonte da política educacional do Distrito Federal

No Distrito Federal, o desenvolvimento de ações que visavam à instalação da educação cívico-patriótica no seio da estrutura escolar tomou impulso durante a gestão do secretário de Educação e Cultura Ivan Luz, que dirigiu a pasta entre março de 1967 e fins de 1969, levando à frente a "remodelação em profundidade" do sistema educacional brasiliense, com significativas alterações nas práticas educativas e disciplinares, nas instituições escolares e na administração educacional. Essa remodelação, baseada na "tomada de consciência das necessidades nacionais", conforme explicou o secretário em comunicado, logo após a sua posse, integrava "formas inteligentes de educação moral e cívica e a transformação da educação física no sentido de que ela não represente uma obrigação maçante para os alunos" (Programa, 1967). A divulgação das *Normas sobre as atividades destinadas à educação moral e cívica dos alunos dos educandários oficiais do Distrito Federal*, expedidas poucos meses depois, concretizou o redirecionamento da cultura cívica no sistema de ensino brasiliense (Portaria "N" n.º 25/1967).

Nessa decisão da SEC-DF, a formação em moral e cívica do estudante foi definida como "tarefa da mais alta importância no contexto da obra educativa", o que implicava uma reorientação na concepção até então prevalente do papel da escola, pois passava a atribuir-lhe o dever de sistematicamente priorizar a propagação do culto à pátria, à memória dos vultos nacionais, aos símbolos nacionais, às autoridades etc. Esse documento redirecionou a atuação dos diretores, orientadores educacionais e professores, notadamente de Português, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Artística, então incumbidos da escolha de textos, práticas e atividades que subsidiassem a montagem do calendário escolar, o conteúdo e a memória dos projetos de comemorações cívicas. Após a divulgação dessas diretrizes, o coordenador do ensino médio solicitou aos diretores providências em relação ao Plano de Educação Moral e Cívica, pois se tratando "de assunto que somente agora é regulamentado, pela primeira vez, no Distrito Federal", seria conveniente promover entre as escolas "um efeito de intercâmbio de experiências e iniciativas" por meio da elaboração de folheto contendo esses planos (Ordem de Serviço "E" n.º 8/1967).

Essas medidas do governo do Distrito Federal, que precederam em dois anos a decisão do governo militar de instituir a obrigatoriedade do ensino da EMC e OSPB em todo o país, favoreceram a individuação de profissionais e a elaboração conceitual e programática do conteúdo das iniciativas em moral e civismo, ou seja, prepararam a ambientação dessa formação no espaço escolar, a reorganização das atividades cotidianas dos educadores e estudantes, e a consequente recepção de lições do terreno. Desse modo, o governo brasiliense pôde reagir rapidamente à decisão governamental de introdução da EMC no país. Quatro meses após a publicação do Decreto-lei 869/1969, o Conselho de Educação do Distrito Federal e o Conselho Diretor da FEDF, em simultâneos pareceres aprovados em 23 de fevereiro de 1970, trataram da inclusão obrigatória do ensino de EMC na grade curricular do ensino médio, sendo aprovada a substituição das disciplinas optativas "Cultura Brasileira"

e "Atualidade Brasileira" que, na rede pública brasiliense, encampavam o estudo da organização social e política brasileira, e autorizava os diretores a confiarem o ensino da nova disciplina entre professores de sua escolha (Pareceres n.º 03 e 04/1970).

A obrigatoriedade da EMC e OSPB no currículo escolar brasileiro representou uma derrota para a LDB/1961 e também uma derrota para o projeto educacional do Distrito Federal, notadamente em relação à concepção de cultura cívica democrática. O processo de desmanche da proposta inovadora, liberal e democrática estava em acelerado curso, e se completaria a nível legal com a reforma do ensino pela Lei n.º 5692/1971, legislação que consolidou a reestruturação do ensino elementar e secundário brasileiro consoante ao ideário cívico-nacionalista do regime militar.

Professores, currículos e livros didáticos

A proposição educacional do regime militar, ao dispor sobre disciplinas obrigatórias e práticas educativas de caráter cívico-patriótico no ensino elementar e médio, teve de lidar com a inexistência de professores habilitados em EMC, o que foi superado, no primeiro momento, por meio do papel atribuído ao diretor na identificação de "professores de confiança" e, consequentemente, a organização de formações e treinamentos destinados aos profissionais interessados no redirecionamento de suas funções, por meio dos previstos exames de suplência, conforme esclarecido pelo governo em diferentes documentos. Anteriormente às decisões tomadas pelo governo federal, entretanto, a SEC-DF já vinha promovendo a identificação e o envolvimento de educadores na elaboração de conteúdos e memórias para a instrução, supervisão e coordenação pedagógica e, principalmente, futura docência em EMC.

Os "cursos de orientação de professores", instituídos para a preparação dos educadores às peculiaridades do projeto pedagógico brasiliense, foram

redimensionados após Ivan Luz assumir a SEC-DF. No decorrer de 1968, cerca de 2.200 professores do ensino médio e 400 professores primários estiveram envolvidos nessas atividades que, desenvolvidas por meio de várias dinâmicas em diferentes momentos ao longo do ano, comportavam variações quanto ao público e à prática docente em foco. Em fevereiro 1968, durante o evento organizado para professores do ensino médio, foi incluída a participação de militares com o fim de promover uma "ampla aproximação cultural entre os oficiais das Forças Armadas e os professores" e "maior congraçamento entre civis e militares na capital federal". O evento, uma promoção da SEC e do Clube das Forças Armadas, ensejou a presença de 71 estudantes militares, em curso voltado aos educadores (SEC, 1967; Aperfeiçoamento, 1968; Curso de Treinamento, 1968; Curso na SEC, 1968).

Após três meses, em maio de 1968, surgiu o primeiro treinamento em formação moral e cívica destinado aos professores da rede pública, no qual se distinguiam visões relacionadas ao binômio desenvolvimento e segurança nacional, termos caros às análises promovidas pela Escola Superior de Guerra sobre a posição do Estado, das instituições e do cidadão diante de seus inimigos. A temática do curso centrou-se na dimensão interna dessa visão, como se depreende da sinopse do evento Introdução à Problemática para EMC, no qual os princípios norteadores da programação foram explicitados: conceito de segurança nacional: elementos e evolução; objetivos nacionais; política nacional: antagonismos; segurança e desenvolvimento; educação e desenvolvimento; problemas de sistematização de educação moral e cívica (EMC, 1968; Educação Cívica, 1968). Por esta época, a penetração das ideias difundidas pela ESG no âmbito do MEC, das secretarias e conselhos de educação, já se fazia presente por meio das concertações levadas à frente pelo general Moacir Araújo Lopes, membro da Associação dos Ex-alunos da ESG (ADESG), responsável pelo anteprojeto do Decreto-Lei n.º 869/1969 e primeiro presidente da CNMC (Lemos, 2011).

A concretização de tal proposta, que tratava apenas da primeira etapa de um futuro seminário sobre a questão, exigia um redirecionamento no processo de formação dos professores e orientadores educacionais, o que foi levado à frente pela SEC-DF com o apoio do MEC, do IHGB-DF, do CE-DF e das Forças Armadas. Diferentes cursos sobre as especificidades da doutrina, da didática e das práticas em moral e cívica foram oferecidos aos educadores da rede pública brasiliense (Currículos, 1970; Curso de EMC, 1970; Palestra para professores, 1970; Calendário, 1971; Supervisão de EMC, 1971; Palestras sobre a Constituição, 1971; Curso em EMC, 1971; Palestras sobre EMC, 1971).

Após a regulamentação do Decreto-lei n.º 869/1969, a SEC-DF firmou convênio com a Faculdade de Educação da UnB, em 1971, com vistas a preparar os professores do ensino médio para o exame de suplência em Educação Moral e Cívica, uma vez que foram oferecidas 300 vagas aos interessados. Esse regime de cooperação foi realizado, também, entre as Secretarias de Educação e de Administração do GDF, e, em janeiro de 1972, o Centro de Treinamento e Seleção (CEST) divulgou a relação nominal dos 350 professores do ensino elementar que completaram a formação. Desde junho de 1971, seis meses após o governo federal regulamentar o Decreto-lei n.º 869/1969, a SEC-DF deu início à preparação do primeiro concurso para a contratação de professores de EMC. Nessa época, a demanda desses profissionais já havia dado azo à proliferação de cursos de licenciatura curta nas faculdades privadas, direcionados à preparação do professor de EMC (MEC, 1971; EMC tem exame, 1971; Brasil. Aviso n° 100/71; Nomeada banca, 1971; Comunicações, 1971; ESG, 1971; Novos currículos, 1971).

A preocupação com a formação do professor estendia-se, ainda, à sua preparação para o uso de livros didáticos. Nesse quesito, a SEC-DF também instituiu medidas em apoio às iniciativas do Ministério da Educação, que tomaram impulso a partir de 1968, com a realização de concurso nacional para escolha de um guia de civismo. No ano seguinte, com a supervisão

da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COTELD), uma parceria entre o MEC, o Sindicato Nacional das Editoras de Livros e a USAID, a SEC-DF promoveu seminários visando à capacitação de professores na utilização desse material. A COTELD esteve à frente de outros cursos ao professorado brasiliense, e, já em maio de 1970, foram distribuídos planos de aulas, exercícios e instrução programada aos professores de OSPB, com vistas à confecção de um livro didático para as escolas brasilienses de ensino médio. Pouco tempo depois, em novembro, foi impresso o *Guia metodológico do Programa de Moral e Cívica*, dirigido aos professores do ensino primário (Concurso, 1968; Livro, 1969; Novo curso, 1969; Cadernos, 1970; Currículos, 1970; Guia, 1970; Utilização, 1971; Krafzik, 2008).

O governo militar, após tornar obrigatório o ensino de EMC nas escolas brasileiras, promoveu a organização dos professores dessa disciplina a nível nacional. Os professores do Distrito Federal estiveram presentes no I Encontro Nacional de Professores e Orientadores de Educação Moral e Cívica. Dentre as várias conclusões desse evento, considerou-se que os objetivos da EMC somente seriam alcançados por intermédio da "conscientização da missão educadora do professor" e do reconhecimento de seu papel na "continuidade do êxito do ensino da disciplina através dos meios institucionais" (Professores, 1972).

O calendário de comemorações cívicas: o civismo dentro e fora da sala de aula

A partir do ano letivo de 1968, as *Normas sobre as atividades destinadas à Educação Moral e Cívica dos alunos dos educandários oficiais do Distrito Federal* possibilitaram a ritualização de comemorações patrióticas no calendário escolar brasiliense. A análise das efemérides incluídas nos calendários escolares, no período entre 1968 e 1972, permite verificar uma paulatina prevalência das comemorações de teor cívico-militar da história nacional

sobre as festividades de origem laica, folclórica, profissional e de âmbito internacional. Nesse período, as datas escolhidas para as comemorações dedicadas aos "vultos da pátria" e "fatos nacionais" visivelmente constituíram as principais atrações do calendário escolar. A rotina e o conteúdo escolar, a prestação profissional e a atenção dos estudantes foram, sobremaneira, dirigidas para a realização desses eventos, em detrimento de outros componentes escolares. O desenvolvimento dessas atividades ocorria por meio de diferentes recursos e dinâmicas pedagógicas, tais como horas cívicas, solenidades de hasteamento da bandeira nacional, semanas comemorativas, pesquisas, palestras, concursos, excursões, viagens escolares, horas sociais, gincanas, torneios, jogos e campeonatos escolares (Exército, 1966; Tuiuti, 1967; Forças Armadas, 1967; Semana da Asa, 1968; 1973; Tiradentes, 1968; Edital 01/1967; Dia, 1969; Semana da Pátria, 1969; Educar, 1970; Brasil Jovem, 1971; Você, 1972; Comemorações do SESQUI, 1972; Datas Cívicas, 1972; Brasil. Decreto n.º 2270/1973).

A partir de 1970, foi adicionada ao calendário escolar a comemoração da Semana da Revolução e, nesse ano, foram organizadas ruas de recreio nas cidades-satélites e na favela do Iapi. Em todas as escolas públicas foram realizadas solenidades de hasteamento da bandeira, palestras alusivas à data pelos professores e apresentação de trabalhos pelos estudantes. Na ocasião, o Departamento de Turismo promoveu *shows* populares na plataforma da estação rodoviária do Plano Piloto e nas cidades-satélites (Semana da Revolução, 1970). A fim de auxiliar os professores nas atividades relacionadas à passagem desse evento, para as festividades do oitavo ano da tomada de poder, cuja comemoração ganhou proporções por transcorrer no mesmo ano de celebração do sesquicentenário da independência brasileira, em manifesta busca de legitimação ao regime autoritário vigente, o coronel Mello Campos, da 5ª Seção de Comando Militar do Planalto, enviou material explicativo aos professores, enquanto o Ministério do Exército encarregou-se da confecção

de cartazes comemorativos para divulgação nos estabelecimentos de ensino (Subsídio, 1972; Exército, 1972).

A reorganização do ambiente escolar e extraclasse, por meio do calendário letivo, contou também com a instalação dos Centros Cívicos Escolares, instituídos pela reforma educacional do ensino elementar e do ensino médio, a agremiação estudantil autorizada pelo regime militar (Lei n.º 5.692/1971). A fim de atender às necessidades políticas e simbólicas do regime, as diretorias dessas organizações participaram concretamente da reocupação e ressignificação dos espaços da cidade dentro do espírito cívico-patriótico. A Praça dos Três Poderes, a Esplanada dos Ministérios e o Eixo Monumental, concebidos como espaços democráticos e locais de manifestações políticas e culturais, foram transformados em território vigiado e controlado pela presença das Forças Armadas, ostensiva nos momentos mais tensos do regime militar, e celebratória nas datas comemorativas potencializadas pelo calendário cívico. Nesse período, à Praça dos Três Poderes foi incorporado o Pavilhão Nacional, inaugurado sob polêmica em 1972, demarcando a presença dos militares no exercício do poder político do país (Felicetti, 2018). Mensalmente, os estudantes brasilienses participavam das solenidades de hasteamento da bandeira brasileira no Pavilhão Nacional. Eventualmente, essas cerimônias propiciavam o encontro entre diretorias de centros cívicos brasilienses e de outros estados brasileiros (Diretoria, 1973).

No Distrito Federal, entre as várias estratégias de aproximação propostas pelos militares, destacou-se a incorporação do lazer e esporte à cultura cívica. Desde 1966, houve a revalorização da educação física, da prática de esportes e de lazeres em escolas públicas, visando estimular entre os estudantes a competitividade, os cuidados com o corpo, a integração através de jogos esportivos e a difusão de noções em moral e cívica. No Distrito Federal, instituiu-se uma experiência singular — a colônia de férias —, iniciativa que ampliou o público e o leque das atividades que integravam as ações cívico-sociais do governo.

Figura 16.1: Desfile no Eixo Monumental dos "colonins", simbólico apelido atribuído aos participantes do evento. Colônia de férias de 1971



Fonte: Acervo de Eduardo Roberto Stuckert.

A partir de 1970, a SEC-DF e as Forças Armadas estabelecidas na cidade ofereceram, anualmente, programas de atividades lúdico-desportivas, durante o recesso escolar, para crianças entre 6 e 12 anos, uma promoção aberta à população infantil da cidade. Nessas atividades, a presença das Forças Armadas era o diferencial, os oficiais organizavam as atividades recreativas, que incluíam demonstrações de treinamentos e apresentação de equipamentos militares, promovendo uma série de eventos que integrava o lazer à formação cívica, durante o descanso anual dos professores (Civismo, 1970; 1973; Inscrições, 1974). Dos "colonins", simbólico apelido atribuído aos participantes da colônia de férias, esperava-se que guardassem

> os ensinamentos que os levam a amar cada vez mais o Brasil. Aulas de Moral e Cívica lhes são ministradas, incutindo-lhes no espírito jovem o culto aos grandes vultos pátrios e ao Hino e Pavilhão nacionais. E eles, com o entusiasmo próprio da juventude, guardam no coração esses ensinamentos, que formarão o alicerce de uma vida dedicada ao Brasil Grande do sonho de nossos Maiores e que agora se vai transformando em palpitante realidade. (Brasil Jovem, 1971)

Centros cívicos escolares: controle e disciplina do movimento estudantil

A partir de 1967, foi desenvolvido, no âmbito da SEC-DF, um programa mais elaborado para o controle de entidades e lideranças estudantis e o condicionamento dos temas de interesse do movimento secundarista brasiliense, cujo desenvolvimento favoreceu a emergência de uma cultura escolar voltada para o civismo, a defesa e consolidação do regime militar. O culto à pátria e hierarquia de valores divulgados por meio das comemorações aos vultos e fatos nacionais, das ações cívico-sociais, da política do livro didático e da censura estiveram na base dessas iniciativas. Essas medidas foram levadas a efeito por meio da reestruturação do calendário escolar, de iniciativas socioculturais direcionadas aos estudantes, como a organização de colônias de férias, a promoção de jogos e de concursos escolares, e a instituição de Centros Cívicos Escolares (CCE). Em consequência, multiplicaram-se os campeonatos interescolares, estaduais, interestaduais e nacional de esportes, em moldes semelhantes realizavam-se concursos artísticos-literários, principalmente sobre temas cívico-patrióticos, a beleza feminina e a música erudita brasileira e estrangeira, mas raramente outros suportes se faziam presentes para expressão e interpretação social. Nestas ocasiões, os alunos, as escolas e a unidade federativa destaques recebiam premiações que podiam incluir distinções diversas, tais como títulos, medalhas, livros e excursões para fora do país, para outras cidades brasileiras e no Distrito Federal (Exército, 1966; Vencedora, 1967; Secundarista, 1968; Marinha, 1968; Educar, 1970; Decreto n.º 68.065/71; Eleição, 1972; Curso de Liderança, 1973).

Paralelamente, foram desencadeadas medidas repressivas para o controle das atividades dos estudantes, a supressão das agremiações estudantis e a punição dos líderes considerados inadequados. Os grêmios estudantis foram repetidamente objeto de intervenção discricionária por parte das direções de ensino. Em abril de 1967, por exemplo, a direção do Centro de Ensino Asa Branca, em Taguatinga, comunicava que o Grêmio Estudantil

Oswaldo Magre não mais correspondia ao "espírito educativo" do estabelecimento, passando a "desmerecer a nossa confiança, não se lhe permitindo mais desempenhar qualquer atividade autônoma que possa diminuir a solidez da estrutura do Cemab". O incidente envolvia a reação dos estudantes durante evento cívico ocorrido na escola, um mês antes, de boas-vindas aos calouros (Crise, 1966; Direção, 1967; Alunos, 1968).

No decorrer de 1968, o movimento estudantil brasileiro redimensionou-se em vista do prolongamento e da violência do regime. A bárbara morte do estudante secundarista Edson Luís pela polícia, em março deste ano, no Rio de Janeiro, foi o estopim da reação em diferentes locais do país. Na esteira da explosão de violações e brutalidades, ocorreu o endurecimento do regime por meio da publicação do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1968, que autorizou ações arbitrárias, como a suspensão dos direitos políticos de dissidentes, o fechamento do Congresso Nacional, a intervenção nos municípios e estados etc.; e do Decreto-lei n.º 477, em fevereiro de 1969, que proibiu manifestações políticas nos estabelecimentos de ensino e definiu infrações disciplinares ao corpo discente, docente e administrativo.

No Distrito Federal, a partir da mobilização estudantil, no dia seguinte à morte de Edson Luís, a vigilância do meio estudantil foi intensificada pela presença regular de viaturas policiais no *campus* e escolas públicas do ensino médio, em suas dependências e em locais de concentração estudantil, como a Estação Rodoviária e a Praça 21 de Abril, no Plano Piloto, e a Praça do Relógio, em Taguatinga. Em assembleia estudantil nas dependências da UnB, no dia 29 de março, reunindo mais de 3000 estudantes, o movimento universitário e secundarista declarou a suspensão de atividades discentes e emitiu protestos pelo assassinato de Edson Luís. Ao longo do dia, manifestações surgiram em vários locais da avenida W3 Sul e na Estação Rodoviária. Nesse dia, os estudantes que compareceram às aulas, como no Ginásio do Plano Piloto, mantiveram-se em completo silêncio, não respondendo sequer à chamada, e colaram cartazes nos vidros e paredes do estabelecimento de

ensino, com críticas ao regime vigente e às violências policiais, em repudio à morte de Edson Luís. À noite ocorreu choque entre estudantes e a polícia na Praça 21 de Abril e em frente à Casa Thomas Jefferson, quando mais de cem estudantes foram presos.

Apesar das comemorações previstas para o Dia da Revolução, em que se festejava o quarto ano da tomada do poder, os estudantes brasilienses mantiveram o estado de mobilização, mas os atos previstos para o 31 de março foram suspensos: com o aparato bélico disposto em diferentes pontos da cidade e a presença de 10 mil militares para o desfile cívico, registrou-se uma trégua não pronunciada. No entanto, no dia 2 de abril, fim do luto deliberado e momento de reavaliação de estratégias pelo movimento estudantil, a assembleia de estudantes no Elefante Branco foi interrompida por um contingente da polícia militar e, na sequência, outros conflitos se passaram, como o fato do grêmio estudantil Oswaldo Magre do Cemab ter tido as suas portas lacradas pela polícia. No *campus* universitário, a polícia impedia a livre circulação, requerendo identificação de todos que pretendiam entrar na área, rompendo as barricadas levantadas pelos estudantes.

Ainda no mês de abril houve a retomada das atividades acadêmicas, mas o ambiente permaneceu tenso em diversas unidades de ensino. Nesse momento, as agremiações estudantis multiplicaram seus esforços de organização e mobilização e, ante à repressão, se valiam da promoção de eventos culturais para manter o direito à expressão e reunião, disputavam espaço com as células que apoiavam o regime, identificavam os infiltrados e enfrentavam às decisões das direções dos estabelecimentos de ensino. Apesar da Marcha dos 100 mil em junho, no Rio de Janeiro, ter exposto ao país a necessidade de deter a truculência contra a juventude, a diretiva governamental foi em outro sentido. No Distrito Federal, na abertura do segundo semestre, no início do mês de agosto, a direção do Elefante Branco decidiu "cassar" a diretoria do grêmio estudantil local, o Gecem. O movimento estudantil do Elefante Branco resistiu à pressão, promoveu novas

eleições, mas a nova diretoria eleita, que mantinha relações estreitas com o Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília (DCESB) e a Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), pouco tempo depois teria a sua gestão também interrompida.

Em compasso com o movimento estudantil nas outras regiões do país, no dia 16 de outubro, durante protesto na Praça 21 de abril - organizado pelo DCESB e a FEUB em oposição às 900 prisões ocorridas durante o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), no estado de São Paulo -, os estudantes brasilienses entraram novamente em choque com a polícia. A expressiva repressão policial que se seguiu levou à prisão e clandestinidade de estudantes brasilienses, e a instalação de mecanismos institucionais para a completa desmobilização das agremiações estudantis ainda remanescentes, como o DCESB e os grêmios estudantis de diferentes unidades de ensino (UnB, 1968; Grêmio estudantil, 1968; Alunos, 1968; Estudantes, 1968).

Nesse contexto de fechamento do regime, o secretário de Educação, Ivan Luz, divulgou, em maio, a Portaria n.º 52/1969-SEC/DF, que tratou da suspensão das eleições para as diretorias dos grêmios estudantis e dos mandatos das diretorias eleitas, prevendo que a direção dos grêmios extintos podia ser provisoriamente exercida pelo diretor ou professor responsável. Em outras palavras, essas instruções determinavam procedimentos para a extinção dos grêmios estudantis. A partir desse direcionamento, acelerou-se o desaparecimento dessas agremiações e a implantação dos Centros Cívicos Escolares, subordinando completamente a nova representação estudantil à tutela do diretor e professor orientador (Portaria n.º 52/1969; Suspensas as eleições, 1969; Órgãos Estudantis, 1969).

O estímulo à proliferação dos CCE contou com a efetiva participação de membros das Forças Armadas na condição de guias, inspiradores, promotores e patronos das novas entidades estudantis. As formalidades e solenidades de criação dos CCE, desde a composição de chapas às eleições e à posse de diretorias, incluindo as ações cívico-sociais, foram contempladas

com generosos espaços de divulgação nas páginas do Diário Oficial do Distrito Federal e do jornal Correio Braziliense, servindo como objeto de publicização e exaltação do regime. Em maio de 1973, o próprio general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, prestigiou a posse da diretoria do Centro Cívico Marechal Manoel Osório, da Escola Classe 29 de Taguatinga, pomposamente realizada no Regimento de Cavalaria de Guardas de Brasília (Diretoria, 1973; Posse, 1973). Menciona-se, ainda, a singular programação desenvolvida no Centro de Ensino Médio Elefante Branco (Cemeb), em vista do simbolismo e caráter exemplar que essas atividades procuravam exercer junto ao conjunto das escolas públicas brasilienses.

O programa de comemorações cívicas no Cemeb tomou impulso a partir de 1969, mesmo ano em que o secretário Ivan Luz, acompanhado por estudantes da escola, inaugurou uma exposição que reunia "vasto material bélico utilizado pelas Forças Armadas". As programações dos anos seguintes privilegiaram a realização de palestras e conferências pronunciadas por oficiais militares, administradores públicos e professores versados em temas atinentes à moral e cívica, concursos temáticos sobre fatos e vultos nacionais, e solenidades de hasteamento da bandeira. Esses eventos frequentemente oportunizavam a apresentação de fanfarras militares, homenagens aos vultos nacionais, às batalhas marcantes e aos feitos heroicos da história nacional. Invariavelmente, os oradores testemunhavam sobre os benefícios da cultura cívico-patriótica como missão da escola, rememorando um tempo em que tal instrução teria marcado o seu caráter, impressões essas que registravam no "Livro de Ouro" do educandário (Semana da Pátria, 1969; Curso Noturno, 1970; Ciclo, 1971; Solenidade, 1971; Cemeb, 1971; Aniversário, 1972; Você, 1972; CCE Dom Pedro, 1972; Dia do Estudante, 1972; Palestra Elefante Branco, 1972; Palestras no Elefante Branco, 1972).

Dos usos e abusos da "pedagogização da pátria": críticas e resistências

A política educacional da "pátria pedagogizada" dos governos militares, notadamente a vinculação entre o civismo e o militarismo no ambiente escolar, confrontou resistências. Os educadores foram persistentes na defesa do seu papel pedagógico e, além da participação integrada às pautas levantadas pelos movimentos sociais em relação ao regime no poder, também recorreram à "desobediência pedagógica" como postura de contestação à organização curricular — aos conteúdos, aos métodos e às práticas pedagógicas prescritas. No Distrito Federal, não obstante o caráter obrigatório do bloco de disciplinas cívico-patrióticas, os professores progressistas se apropriaram dos componentes cívicos como espaço para o debate, a leitura da realidade social e a compreensão política, por vezes recorrendo a textos, imagens e músicas de autores identificados com o pensamento crítico, ora se valendo de argumentações sobre os anacronismos entre as descrições dos livros didáticos e o próprio cotidiano dos estudantes, com vistas a estimular interpretações diversas sobre os choques culturais.

Na década de 1980, o desmanche da formação cívico-patriótica, por fim, chega ao arcabouço legal. A EMC havia perdido o seu sentido como disciplina difusora de comemorações cívicas: professores, pais e estudantes, cotidianamente, constatavam que as amplificações desses valores no ambiente escolar encontravam-se em descompasso com os conhecimentos pedagógicos, as necessidades dos educandos e o bem-estar social da população brasileira, ou seja, a escola e os anseios da comunidade escolar não se encontravam socialmente refletidos no currículo. Em meados dos anos 1980, houve o retorno das disciplinas História e Geografia e, paulatinamente, as instituições de ensino superior passaram a oferecer complementação curricular aos profissionais formados pelas licenciaturas curtas em EMC. A formação acadêmica dos professores da disciplina História e Geografia, que havia sido alterada desde a implantação dos Estudos Sociais nas grades curriculares da ideologia de alienação, em voga

na década de 1970, foram submetidas a processos de revisão curricular, e os componentes curriculares da EMC foram redimensionados, ficando a critério das escolas a reorganização dos currículos, o preenchimento dos horários de EMC e OSPB com outras disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais (Indicação n.º 2/1987; Lei n.º 8.663/1993; Martins, 2014).

Preservação da memória e política educacional

Meio século após o início de um ciclo histórico inaugurado pela reintrodução do programa de EMC no currículo escolar, observa-se que a temática das experiências autoritárias dirigidas para a educação cívico-patriótica ainda continua aberta. No campo da pesquisa acadêmica, a abordagem apresentada merece ser aprofundada em vários aspectos, como na compreensão do papel dos professores no desenvolvimento da escola pública, dos conteúdos e da literatura cívico-patriótica ou, ainda, dos demais sujeitos envolvidos no cotidiano escolar. A pesquisa histórica realizada limitou-se à contextualização e ao levantamento das fontes oficiais e, nesse sentido, este estudo apresenta lacunas relacionadas à memória daqueles que vivenciaram o período, cujo testemunho demandava medidas de individuação e coleta que ultrapassavam o escopo traçado. O acervo conservado no Arquivo Público do Distrito Federal, no Conselho de Educação do Distrito Federal, na SEE-DF, assim como nas escolas, que não foram compulsados no âmbito desta pesquisa constituem referências aos novos estudos: os caminhos da educação necessitam ser constantemente trilhados para que a vivacidade de seus ensinamentos seja preservada e o seu legado apropriado pelas novas gerações.

O interesse em relação à memória, entretanto, é ainda mais urgente, tendo em vista a recorrência da representação cívico-patriótica como política para a solução dos seculares problemas da educação e da sociedade brasileira. Neste momento em que se resgata a história da experiência dos anos 1964-1985, que já pareciam parte de passado distante, nos confrontamos

com o reposicionamento da cultura cívica-militar na rede pública brasileira. Mais conhecida por "escola militarizada", a política do atual governo do DF difere das experiências anteriormente desenvolvidas por se basear na gestão de educadores e militares em áreas específicas do cotidiano escolar, em que o professor tem a sua ação pedagógica circunscrita à sala de aula e, tal como seus estudantes, se sujeitaria à disciplina adotada nos espaços comuns da comunidade. Nesse contexto, aos militares não é requerida outra formação pedagógica que a própria capacitação e vivência de caserna.

Contrapondo-se a tal reposicionamento da cultura cívica na sociedade brasileira, os autores sustentam a importância da preservação da memória do projeto educativo do Distrito Federal e se inspiram nas ideias de Anísio Teixeira para a defesa da escola pública como instrumento de realização individual e justiça social, como alternativa às desigualdades provenientes da posição e da riqueza, e consideram a escola como local onde todas as crianças podem desenvolver suas aptidões, "formar a inteligência, a vontade, o caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente" (Cordeiro, 2001, p. 242; Teixeira, 1936).

Referências

ABREU, Vanessa Kern de. *A EMC*: disciplina escolar e doutrina (MG, 1969-1993). Orientador: Geraldo Inácio Filho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2008, 102p. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13751/1/dis.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

ALUNOS do EB podem perder vestibular, *Correio Braziliense,* 18 ago. 1968, p. 16.

ANIVERSÁRIO do "Elefante". *Correio Braziliense,* 18 mar. 1972, p. 11.

APERFEIÇOAMENTO. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 11 jan. 1968, p. 2.

BRASIL. Aviso n.º 100/1971, GDF/Secretaria de Administração (CEST). *Diário Oficial do Distrito Federal,* 4 jan. 1972, p. 12.

BRASIL. Decreto n.º 58.023, de 21 mar. 1966. Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*.

BRASIL. Decreto n.º 68.065, de 14 jan. 1971. Regulamenta o decreto-lei n.º 869, que dispõe sobre a inclusão da EMC. *Diário Oficial do Distrito Federal*.

BRASIL. Decreto n.º 2.270, de 1 jun. 1973. GDF/SEC, Institui comissão para promover as comemorações do centenário de Alberto Santos Dumont. *Diário Oficial do Distrito Federal.*

BRASIL. Decreto-lei n.º 869, de 12 set. 1969. Dispõe sobre a inclusão da EMC como disciplina obrigatória dos sistemas de ensino no país. *Diário Oficial do Distrito Federal*.

BRASIL. Edital 01/67, de 27 maio 1967. GDF/SEC. Concurso de monografias para o ensino primário e médio sobre a Marinha. *Correio Braziliense*, 27 maio 1967, p. 6.

BRASIL. Indicação n.º 2, 28 jan. 1987. MEC/CFE. Proposta de extinção de EMC como componente nos currículos escolares e substituição por Estudos da Constituição. *Diário Oficial do Distrito Federal.*

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 dez. 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial do Distrito Federal*.

BRASIL. Lei n.º 5.692, 11 ago. 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*.

BRASIL. Lei n.º 8.663/93, 14 jun. 1993. Revoga o Decreto-Lei n.º 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal.*

BRASIL. Ordem de Serviço "E" n.º 8/67. GDF/SEC/CEM. Regula o art. 3º da Portaria "N" n.º 25/67 de 4/10/67. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 31 dez. 1967, p. 11.

BRASIL. Parecer n.º 03/70, GDF/SEC/Conselho de Educação do DF. Orientação sobre o Decreto-lei n.º 869/69. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 19 mar. 1971, p. 11.

BRASIL. Parecer n.º 04/70, GDF/SEC/Conselho Deliberativo da FEDF. Educação Moral e Cívica. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 23 mar. 1971, p. 12-13.

BRASIL. Portaria n.º 52, de 23 maio 1969. GDF/SEC. Suspende as eleições para órgãos dirigentes de grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino médio do sistema oficial do DF. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 4 jun. 1969, p. 6.

BRASIL JOVEM. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 15 jan. 1971, p. 1.

CADERNOS orientam matéria. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 27 maio 1970, p. 1.

CALENDÁRIO escolar de 1971. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 6 jan. 1971.

CCE D. PEDRO I. *Correio Braziliense*, 08 ago. 1972, Coluna Ensino e Cultura, p. 11.

CEMEB tem curso. *Correio Braziliense.* Coluna Ensino e Cultura, 12 set. 1971, p.11.

CICLO de conferências. *Correio Braziliense,* 22 ago. 1971, p. 11.

CIVISMO e alegria. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 7 jan. 1973, p. 3.

CIVISMO e entusiasmo. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 23 abr. 1970, p.1.

COMEMORAÇÕES DO SESQUI. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 5 abr. 1972, p. 1.

COMUNICAÇÕES. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 18 fev. 1971, p. 3.

CONCURSO para escolha de um guia de civismo. *Jornal do Brasil,* 23 maio 1968, p. 7.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro. *Estudos Avançados*, v.15, n. 42, São Paulo, mai./ ago. 2001, p. 241-258.

CRISE no Cemab. *Correio Braziliense.* Caderno Taguatinga, 4 set. 1966, p. 8.

CURRÍCULOS de EMC. *Correio Braziliense.* Coluna Ensino e Cultura, 13 mar. 1970, p. 7.

CURSO DE EMC. *Correio Braziliense,* 28 out. 1970, p. 5.

CURSO EM EMC. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 1 dez. 1971, p. 2.

CURSO NA SEC. *Diário Oficial do Distrito Federal.* 1 fev. de 1968, p. 1.

CURSO DE LIDERANÇA. *Correio Braziliense.* Col. Ensino e Cultura, 9 ago. 1973.

CURSO NOTURNO. *Correio Braziliense.* Coluna Ensino e Cultura, 23 set. 1970, p. 5.

CURSO DE TREINAMENTO. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 8 fev. 1968, p.1.

DATAS CÍVICAS. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 18 maio 1972, p. 3.

DIA DO ESTUDANTE no Elefante Branco. *Correio Braziliense,* 11 ago. 1972, p. 11.

DIREÇÃO do CEMAB. *Correio Braziliense*, CB-Taguatinga, 16 abr. 1967, p. 3.

DIRETORIA do CCE. *Correio Braziliense*, Coluna Ensino e Cultura, 9 ago. 1973, p. 2.

EDUCAÇÃO CÍVICA. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 22 maio 1968, p.1.

EDUCAR para integrar. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 29 set. 1970, p. 1.

ELEIÇÃO se faz assim.... *Correio Braziliense,* CB-Escola, 29 nov. 1972.

EMC. *Correio Braziliense*, 18 maio 1968, p. 1.

EMC TEM EXAME. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 21 jan. 1971, p. 2.

ESG. *Correio Braziliense*, Coluna Notícias Militares, 14 set. 1971, p.11.

ESTUDANTES e polícia em choque. *Correio Braziliense,* 16 out.1968, p. 1.

EXÉRCITO encerra semana com prêmio. *Correio Braziliense,* 26 ago. 1966, p. 1.

EXÉRCITO. *Correio Braziliense,* Coluna Ensino e Cultura, 17 mar. 1972, p. 11.

FELICETTI, Marcelo. Sergio Bernardes e o Monumento ao Pavilhão Nacional, Brasília, 1972. *Arquitextos.* Espanha: Vitrovirus Editora, 2018.

FORÇAS ARMADAS festejam. *Correio Braziliense,* 16 nov. 1967, p. 3.

GRÊMIO estudantil. *Correio Braziliense,* Coluna Taguatinga, 14 ago. 1968, p. 9.

GUIA metodológico de EMC. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 11 nov. 1970.

INSCRIÇÕES colônia de férias. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 4 jan. 1974, p. 1.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. *Acordo MEC/USAID: a comissão do livro técnico e do livro didático (1966/1971).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

LEMOS, Kaé Stoll Colvero. A normatização da educação moral e cívica (1961-1993). Orientador: Luiz Antonio Cunha. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 2011, 195p. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/DISSERTACAO_KAE-Versao_Final.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985). Orientadora: Luiz Carlos Soares. Tese. (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2010, 367p. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf. Acesso em: 3 ago. 2019.

LIVRO técnico-didático. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 21 fev. 1969.

MARINHA entrega prêmios. *Correio Braziliense,* 08 dez. 1968, p. 16.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira. *Educar em Revista.* Editora UFPR, Curitiba, 2014, p. 37-50.

MEC recomenda moral e cívica. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 1 abr. 1971, p.2.

NOMEADA A BANCA examinadora. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 1 jun. 1971.

NOVO CURSO. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 27 maio 1969, p. 3.

NOVOS CURRÍCULOS. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 11 fev. 1971, p. 3.

ÓRGÃOS ESTUDANTIS. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 27 maio 1969, p. 3.

PALESTRA ELEFANTE BRANCO. *Correio Braziliense,* 15 ago. 1972.

PALESTRAS NO ELEFANTE BRANCO. *Correio Braziliense,* 13 ago. 1972, p. 11.

PALESTRA PARA PROFESSORES sobre instrução cívica. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 9 set. 1970, p. 3.

PALESTRAS SOBRE CONSTITUIÇÃO. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 15 out. 1971, p. 3.

PALESTRAS SOBRE EMC. *Correio Braziliense,* 6 fev. 1971, p.11.

PELEGRINI, Dayenne Chimiti. *EMC*: disciplina e poder disciplinar no ensino de primeiro grau mato-grossense da década de 1970. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011, 108 p.

PLANEJAMENTO para o ensino no DF. Exposição do Sr. Ernesto Silva ao Conselho Diretor da FEDF. *Correio Braziliense,* 11 fev. 1961, p. 7-8.

PROGRAMA de ensino prevê treinamento. *Correio Braziliense,* 6 maio 1967, p. 8.

PROFESSORES sugerem mudanças. *Correio Braziliense,* 6 out. 1972, p. 2.

SEC abre ciclos para professores. *Correio Braziliense,* 13 set. 1967, p. 8.

SECUNDARISTA. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 13 set. 1968, p. 2.

SEMANA DA ASA. *Correio Braziliense,* Coluna Ary Cunha, 4 out. 1968, p. 3.

SEMANA DA ASA. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 23 out. 1973, p. 3.

SEMANA DA PÁTRIA tem festejos. *Correio Braziliense,* 2 set. 1969, p. 10.

SEMANA DA REVOLUÇÃO. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 20 mar. 1970, p. 1.

.SOLENIDADE cívica no Cemeb. *Correio Braziliense,* 24 ago. 1971, p. 11.

SUBSÍDIO para as comemorações da revolução. *Correio Braziliense,* Coluna Ensino e Cultura, 30 mar. 1972, p. 11.

SUPERVISÃO de EMC. *Correio Braziliense,* Coluna Ensino e Cultura, 24 set. 1971, p.11.

SUSPENSAS AS ELEIÇÕES estudantis. *Correio Braziliense,* 27 maio 1969, p. 8.

TEIXEIRA, Anísio. *O sistema escolar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da Diretoria Geral de Instrução Pública, 1932.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a Democracia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

TIRADENTES. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 25 abr. 1968, p. 2.

TUIUTI. *Correio Braziliense,* 21 maio 1967, p. 9.

UNB SUSPENDE aulas. *Correio Braziliense,* 2 abr. 1968.

UTILIZAÇÃO do livro didático. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 29 jan. 1971.

VENCEDORA recebe cheque. *Correio Braziliense,* 15 dez. 1967, p. 3.

VOCÊ constrói o Brasil. *Diário Oficial do Distrito Federal,* 21 mar. 1972, p. 2.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão